

Ibitinga, 24 de julho de 2018.

**Ofício nº 91/2018**

Assunto: Solicita cópia extraída diretamente dos documentos originais, do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras e contábeis e o parecer da auditoria da Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga, referente ao exercício de 2017 e que foram publicados no semanário “Estância de Ibitinga”, de 21 de abril de 2018, nas páginas 19 a 27.

Ref.: CMI Ofício nº 635/2018 (25/04/2018)

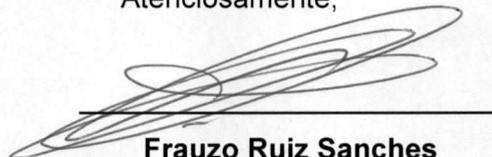
Autoria: Vereadores – Marco da Fonseca, Richard Porto de Rosa, Matheus Carreiro e Dr. Marlos Ribas Mancini

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Em atendimento à solicitação em epígrafe, vimos por meio deste encaminhar a documentação solicitada.

Sem mais para o momento, e esperando ter atendido a contento a solicitação em foco, renovamos nossos votos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos à disposição para quaisquer outros eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



**Frauzo Ruiz Sanches**  
Interventor Judicial

**Ao Ilmo. Sr.**  
**Antonio Esmael Alves de Mira.**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores da Estância Turística de Ibitinga.**  
**Ibitinga – SP.**

**Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga**

**Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2017 e de 2016.**

## Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

### Sumário

#### Demonstrações Contábeis

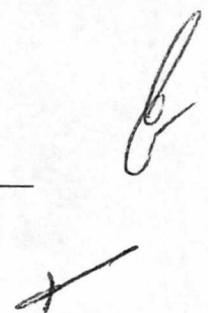
Ativo .....	3
Passivo .....	4
Demonstrações do Resultado do Exercício .....	5
Demonstração do Resultado Abrangente .....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social .....	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis .....	8 a 17

**SANTA CASA DE CARIDADE MATERNIDADE DE IBITINGA**  
CNPJ 49.270.671/0001-61 - Ibitinga - SP.

**Balço Patrimonial - (ATIVO)**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ATIVO	Nota	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Disponibilidades	4	68.166	357.133
Créditos Operacionais a Receber	5	705.205	551.286
(-) Provisão p/Perdas s/Créditos	5.1	(119.807)	-
Subvenções a Receber	6	5.486.350	1.007.700
Créditos Diversos a Receber	7	281.642	241.944
Estoque	8	221.060	265.960
Outros Créditos		473	-
		-	-
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>		<b>6.643.089</b>	<b>2.424.023</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a Longo Prazo	9	4.722.258	945.244
Imobilizado	10	2.922.412	2.856.663
(-) Depreciação Acumulada		(1.295.285)	(1.089.733)
Intangível		-	-
Amortização Intangível		-	-
		<b>6.349.385</b>	<b>2.712.173</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>12.992.474</b>	<b>5.136.197</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**SANTA CASA DE CARIDADE MATERNIDADE DE IBITINGA**  
CNPJ 49.270.671/0001-61 - Ibitinga - SP.

**Balanço Patrimonial - (PASSIVO)**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<i>Nota</i>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	11	3.101.189	2.628.526
Empréstimos e Financiamentos	12	488.354	6.769
Obrigações Trabalhistas e Fiscais	13	3.029.620	2.991.012
Contas a Pagar	14	204.343	370.376
Subvenções a Realizar	15	5.486.350	1.007.700
		-	-
		-	-
		<b>12.309.856</b>	<b>7.004.383</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e Financiamentos	12	428.901	-
Parcelamento de Tributos e Contrib.	13	5.658.699	5.658.699
Processos Cíveis e Trab. A Pagar	14	12.229.145	10.551.062
Subvenções a Realizar	15	3.756.000	-
		-	-
		<b>22.072.745</b>	<b>16.209.761</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social	16	(18.077.948)	(18.077.948)
Superavit/Déficit do exercício		(3.312.180)	-
		-	-
		<b>(21.390.127)</b>	<b>(18.077.948)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>12.992.474</b>	<b>5.136.197</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*




**SANTA CASA DE CARIDADE MATERNIDADE DE IBITINGA**  
CNPJ 49.270.671/0001-61 - Ibitinga – SP.

**Demonstrativos do resultado do Exercício - DRE**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

	2017	2016
<b>(+) RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>17.566.259</b>	<b>16.174.147</b>
Receitas com Subvenções	9.376.431	9.362.100
Receitas S.U.S.	6.016.598	4.503.935
Receitas não S.U.S. e Particulares	2.067.667	1.768.859
(-) Deduções das Receitas	(22.632)	(13.942)
Contribuições e Doações Voluntárias	98.787	117.737
Outras Receitas Operacionais	29.409	435.459
<b>(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA</b>	<b>17.566.259</b>	<b>16.174.147</b>
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(3.046.650)	(2.845.148)
<b>(=) SUPERÁVIT BRUTO</b>	<b>14.519.609</b>	<b>13.328.999</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(17.801.461)</b>	<b>(14.277.498)</b>
Salários e Encargos Sociais	(7.998.114)	(6.588.509)
Honorários e Serviços Médicos	(5.953.851)	(6.099.785)
Despesas com Localização e Funcionamento	(1.340.310)	(820.957)
Outras Despesas Operacionais	(2.020.925)	(778.096)
Resultado financeiro líquido	(488.261)	9.849
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS AJUSTES</b>	<b>(3.281.852)</b>	<b>(948.499)</b>
Despesas patrimoniais	(136.299)	(6.105.611)
Receitas patrimoniais	105.971	-
<b>SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.312.180)</b>	<b>(7.054.110)</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

**SANTA CASA DE CARIDADE MATERNIDADE DE IBITINGA**  
**CNPJ 49.270.671/0001-61 - Ibitinga – SP.**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

	Patrimônio Social	Superavit do Exercício	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(11.023.838)	-	(11.023.838)
Superávit apurado no exercício de 2016		(7.054.110)	(7.054.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(11.023.838)	(7.054.110)	(18.077.948)
Superávit apurado no exercício de 2017		(3.312.180)	(3.312.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.023.838)	(10.366.289)	(21.390.127)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

**SANTA CASA DE CARIDADE MATERNIDADE DE IBITINGA**  
CNPJ 49.270.671/0001-61 - Ibitinga – SP.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:**

	31/12/2017	31/12/2016
<b>1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
<b>(A) Resultado Líquido Ajustado</b>		
Superavit/Déficit do Exercício	(3.312.180)	(6.276.014)
Depreciação	205.552	137.560
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
<b>(=) Déficit Ajustado</b>	<b>(3.106.628)</b>	<b>(6.138.453)</b>
<b>(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante</b>		
Contas a Receber	(4.508.033)	(53.607)
<b>(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante</b>	<b>(4.508.033)</b>	<b>(53.607)</b>
<b>(C) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante</b>		
Realizável a Longo Prazo	(3.777.014)	(679.777)
<b>(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante</b>	<b>(3.777.014)</b>	<b>(679.777)</b>
<b>(D) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante</b>		
Fornecedores e Contas a Pagar	345.239	(798.765)
Subvenções a Realizar	4.478.650	-
Empréstimos e Financiamentos	481.584	(62.456)
Provisões	-	-
<b>(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante</b>	<b>5.305.473</b>	<b>(861.220)</b>
<b>(E) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante</b>		
Empréstimos e Financiamentos	428.901	-
Subvenções a Realizar	3.756.000	-
Tributos e Contribuições PROSUS	-	2.578.775
Provisão para Contingência	1.678.082	5.447.127
<b>(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante</b>	<b>5.862.984</b>	<b>8.025.903</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C+D+E)</b>	<b>(223.218)</b>	<b>292.845</b>
<b>2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>		
(-) Aquisição do Imobilizado	(65.749)	(46.607)
(+) Aquisição imobilizado com recursos públicos	-	-
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(65.749)</b>	<b>(46.607)</b>
<b>3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>		
(+) Empréstimos	-	-
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)</b>	<b>(288.967)</b>	<b>246.238</b>
<b>SALDO DAS DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>357.133</b>	<b>110.895</b>
<b>VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO</b>	<b>(288.967)</b>	<b>246.238</b>
<b>SALDO DAS DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>68.166</b>	<b>357.133</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

### **1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A "SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE DE IBITINGA", é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, isenta de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais. A Entidade tem como finalidade prestar assistência médica e hospitalar. Está localizada à Rua Domingos Robert, 1090, Bairro Centro, Cidade de Ibitinga, Estado de São Paulo.

### **2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pela Lei 6.404/76, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, excetuando os CPC's: 11 - Contratos de Seguro; 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola; 34 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais; 35 - Demonstrações Separadas; 44 - Demonstrações Combinadas e o CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A Escrituração contábil atende às Resoluções números 750/93 e 1409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a ITG 2002 - DOU de 02/09/15 a qual trata de aspectos contábeis específicos a Entidades sem Finalidades de Lucros.

Os valores expressos nas demonstrações contábeis estão expressos em Real (moeda corrente no Brasil) com relato dos saldos contábeis dos anos de 2017 e 2016, comparativamente.

### **3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade, para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, são as seguintes:

- a. OS Ativos realizáveis e os passivos exigíveis com prazo até o final do exercício seguinte são classificados como Circulante e após essa data, como Não Circulante;
- b. Os Estoques de Medicamentos são avaliados ao custo médio, que não superam o valor de aquisição.
- c. Os Investimentos e bens do Ativo Imobilizado são contabilizados pelo valor de aquisição.
- d. A depreciação sobre os bens do Imobilizado foi calculada até 31.12.2017 pelo método linear, às taxas consideradas satisfatórias à utilidade.

- e. As despesas e receitas são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios.

#### 4) DISPONÍVEL

São valores que a entidade possui com livre movimentação, oriundas de receitas gerais e serão aplicados nos gastos gerais da Entidade.

Em 31/12/2017 e 2016, as disponibilidades estavam assim constituídas:

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>DISPONÍVEL</b>		
Caixa	36.712	286.478
Bancos Conta Movimento	<u>31.453</u>	<u>70.654</u>
<b>TOTAL</b>	<b>68.166</b>	<b>357.133</b>

#### 5) CRÉDITOS A RECEBER

Representam os valores provenientes de direitos a receber, pela contraprestação de serviços aos convênios SUS E não SUS, pacientes particulares

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>SERVIÇOS MÉDICOS/ HOSPILARES A RECEBER</b>		
Convênios a Receber	232.464	203.843
Convenios SUS e AHI	380.266	266.883
Faturas Particulares	<u>45.222</u>	<u>80.560</u>
<b>TOTAL</b>	<b>657.952</b>	<b>551.286</b>

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>CONTAS A RECEBER</b>		
Convênios a Receber	<u>47.254</u>	-
<b>TOTAL</b>	<b>47.254</b>	-

#### 5.1) PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS

A entidade constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos a receber em 31/03/2017, de contas convênios médicos lamspe e Geap a receber. Durante o exercício de 2017, a Entidade decidiu reverter essa provisão, tendo em vista a dificuldade de recebimentos destes créditos:

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>PROVISÃO P/ PERDAS S/ CRÉDITOS</b>		
PROVISÃO P/ PERDAS S/ CRÉDITOS	<u>(119.807)</u>	-
<b>TOTAL</b>	<b>(119.807)</b>	-




## 6) SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS A RECEBER

As Subvenções a receber são convênios firmados com a Secretária de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de Ibitinga, referentes ao Programa Pró Santas Casas e Subvenção Municipal destinados a custeio, onde a Entidade é obrigada à prestação de contas dos valores recebidos.

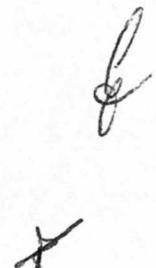
DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS A RECEBER</b>		
Termo de Subvenção Social Santa Casa	507.700	507.700
Subvenção Estadual Conv. 021/2016	500.000	500.000
Termo Convênio Pro Santa Casa 621/2016	853.650	-
Termo Convenio Custeio 547/2016	<u>3.625.000</u>	<u>-</u>
<b>TOTAL</b>	<b>5.486.350</b>	<b>1.007.700</b>

## 7) CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

Nessa rubrica constam valores de adiantamentos concedidos a empregados e fornecedores, impostos a recuperar, cheques a receber, conta a receber via judicial e bloqueios jurídicos.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>OUTROS BENS E TÍTULOS A RECEBER</b>		
Adiantamentos de Salários a empregados	18.480	8.081
Adiantamento de 13º Salário	-	8.665
Adiantamentos de Férias	<u>80.783</u>	<u>70.458</u>
<b>TOTAL</b>	<b>99.262</b>	<b>87.204</b>

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>OUTROS BENS E TÍTULOS A RECEBER</b>		
Adiantamentos a Fornecedores	2.272	4.990
Impostos a Recuperar	-	1.281
Cheques Devolvidos a Receber	3.639	3.666
Outros Créditos a Receber	<u>176.468</u>	<u>144.802</u>
<b>TOTAL</b>	<b>182.379</b>	<b>154.740</b>



## 8) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>OUTROS BENS E TÍTULOS A RECEBER</b>		
Medicamentos	111.677	144.015
Materiais Hospitalares	69.468	97.125
Materiais Radiológicos	4.477	4.158
Materiais Ortopédicos	237	792
Materiais de Higiene e Limpeza	9.660	280
Materiais de Escritório e Informática	1.902	347
Materiais de Consumo	9.196	1.515
Materiais Gráficos	7.474	12.479
Generos Alimentares	5.416	1.350
Materiais de Manutenção	1.553	3.899
<b>TOTAL</b>	<b>221.060</b>	<b>265.960</b>

## 9) VALORES A RECEBER EM LONGO PRAZO

### 9.1) DEPOSITOS E CAUÇÃO JUDICIAL

Os valores depositados em caução judicial de ações e acordos com fornecedores.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>DEPÓSITOS E CAUÇÃO JUDICIAL</b>		
Depositos e Caução Judicial	966.258	945.244
<b>TOTAL</b>	<b>966.258</b>	<b>945.244</b>

### 9.2) SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS A RECEBER – LONGO PRAZO

As Subvenções a receber são convênios firmados com a Secretária de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de Ibitinga, referentes ao Programa Pró Santas Casas e Subvenção Municipal destinados a custeio, onde a Entidade é obrigada à prestação de contas dos valores recebidos

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS A RECEBER</b>		
Termo Convenio Pro Santa Casa 621/2016	756.000	-
Termo Convenio Custeio - 547/2016	3.000.000	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.756.000</b>	<b>-</b>

## 10) IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção, independente dos bens terem sido adquiridos por contrato de compra e venda ou arrendamento mercantil. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens, de acordo com os cálculos de seus profissionais.

A Entidade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de Doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07, tópico Apresentação da subvenção no Balanço, ítem 27, deduzindo a contrapartida do próprio ativo recebido como subvenção para se chegar ao valor escriturado líquido do ativo, que pode ser nulo.

Em 31/12/2017, estava assim constituído:

Descrição	Saldo Anterior	Adições	Baixas/ Transferência	Saldo Atual
Terrenos	1.310.811	-	-	1.310.811
Máquinas e Equipamentos	1.562.060	18.436	-	1.580.497
Móveis e Utensílios	359.181	48.613	1.300	406.494
(-) Subvenções	(375.390)	-	-	(375.390)
	<b>2.856.663</b>	<b>67.049</b>	<b>1.300</b>	<b>2.922.412</b>
Depreciação	(1.089.733)	-	205.552	(1.295.285)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.766.929</b>	<b>67.049</b>	<b>206.852</b>	<b>1.627.127</b>

## 11) FORNECEDORES

Nesta rubrica constam em aberto os fornecedores e prestadores de serviços.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>FORNECEDORES</b>		
Fornecedores	<u>3.101.189</u>	<u>2.628.526</u>
<b>TOTAL</b>	<b>3.101.189</b>	<b>2.628.526</b>

## 12) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São registrados por valores históricos, empréstimos contraídos junto a Instituições Financeiras e Particulares, vencíveis a curto prazo e atualizados monetariamente quando esta exigência for pertinente.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Longo Prazo	Saldo 31/12/16	Longo Prazo
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>				
Parcelamento Passaporte FEBI -PMETI	6.769	-	6.769	-
Banco Santander	630.982	473.236	-	-
(-) Encargos Empréstimo Santander	(166.874)	(44.335)	-	-
Empréstimo Consignado Santander	<u>17.477</u>	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>488.354</b>	<b>428.901</b>	<b>6.769</b>	<b>-</b>

### 13) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

#### 13.1) OBRIGAÇÕES COM PESSOAL A PAGAR

Registra os valores provenientes de salários a pagar a funcionários e refere-se à competência dezembro de 2017, paga em janeiro de 2018. As provisões constituem valores de férias e 1/3 de férias a pagar aos funcionários, de acordo com o período de aquisição das mesmas.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>OBRIGAÇÕES COM PESSOAL A PAGAR</b>		
Salários a Pagar	456.634	387.006
Pensão Alimentícia	703	660
<b>TOTAL</b>	<b>457.337</b>	<b>387.666</b>

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>PROVISÕES DE NATUREZA TRABALHISTAS</b>		
Provisão de Férias e 1/3	532.253	565.991
Provisão de FGTS s/ Férias e 1/3	44.679	48.194
<b>TOTAL</b>	<b>576.932</b>	<b>614.185</b>

#### 13.2) ENCARGOS SOCIAIS E IMPOSTOS A RECOLHER, PARCEMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

Registra os valores provenientes de impostos e contribuições retidas de salários e de prestadores de serviço pessoas física e jurídica. Registra também os valores provenientes a FGTS sobre salários, férias e 13º salário.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER</b>		
Inss -Empregados a Recolher	140.872	396.931
FGTS a Recolher	1.222.625	922.613
Contribuições Confederativa, Assistencial, Sindical	196.207	148.688
Imposto de Renda Retido de Pessoa Física	833	1.556
Imposto Pessoa Jurídica a Recolher	19.184	74.996
Imposto Folha de Pagamento a Recolher	32.431	16.632
Contribuições Sociais da Lei 10833	222.282	189.785
Iss Retido	-	81
Inss retido	1.106	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.835.541</b>	<b>1.751.281</b>

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Longo Prazo	Saldo 31/12/16	Longo Prazo
<b>PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>				
Parc. FGTS Proc. 2008000726	23.511	412.688	23.511	412.688
Parc. INSS	136.299	-	66.393	-
Processo 13851-400804/2014-40	-	-	6.410	-
Processo 13851-400805/2014-94	-	-	13.478	-
Processo 13851-400806/2014-39	-	-	1.481	-
Processo 13851-400807/2014-83	-	-	1.120	-
Processo 13851.400808/2014-28	-	-	125.487	-
<b>TOTAL</b>	<b>159.810</b>	<b>412.688</b>	<b>237.879</b>	<b>412.688</b>

### 13.3) PARCELAMENTO TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES PROSUS

A Entidade ingressou com requerimento de adesão ao PROSUS em 11/07/2014, instituído pela Lei n. 12.873 de 24/10/2013, onde obteve sua inclusão através da Portaria n. 866 de 11/09/2014. No dia 03/11/2014, a Entidade protocolou junto a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da União, requerimento de moratória dos débitos tributários e previdenciários alcançados pelo programa PROSUS.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>PARCELAMENTO E CONTRIB PROSUS</b>		
DEBCAD PROSUS 374416265	1.188.836	1.188.836
PROCESSO 13851.721.642/2015-61 RFB	358.000	358.000
DEBCAD 462174859 PREVIDENCIÁRIA	564.132	564.132
DEBCAD 420846549 PGFN	369.670	369.670
DEBCAD 355926148	1.341.265	1.341.265
DEBCAD 356857921	172.192	172.192
DEBCAD 406280789	444.484	444.484
DEBCAD 323936466	123.005	123.005
DEBCAD 323936474	489.316	489.316
DEBCAD PROSUS 470645601	195.111	195.111
<b>TOTAL</b>	<b>5.246.010</b>	<b>5.246.010</b>

### 14) OUTRAS OBRIGAÇÕES - PASSIVO CONTIGENCIAS

A Entidade não constatou a necessidade do reconhecimento, da mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas que são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC T 19.7, aprovado pela Resolução CFC 1.180/09 e CPC 25, uma vez que não há processos em andamento e nem tampouco constituiu advogados para essa finalidade.

De acordo com os assessores jurídicos, a Entidade não terá processos com resultado Provável de perda em 2018. Tendo, portanto algumas ações com resultado Possível de perda, as quais estão abaixo relacionadas:

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Longo Prazo	Saldo 31/12/16	Longo Prazo
<b>PROCESSOS</b>				
Processos Cíveis a Pagar	172.148	3.988.370	307.876	3.983.062
Processos Trabalhistas	32.195	8.240.775	62.500	6.568.000
<b>TOTAL</b>	<b>204.343</b>	<b>12.229.145</b>	<b>370.376</b>	<b>10.551.062</b>

Mantem em contingencia possível o valor de R\$ 4.636.909,03.

### 15) SUBVENÇÕES E ASSISTENCIAIS A REALIZAR

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Longo Prazo	Saldo 31/12/16
<b>SUBVENÇÕES E ASSISTENCIAIS SANTA CASA</b>			
Subvenções Municipal L.D.O	507.700		507.700
Subvenção Estadual Conv. 021/2016	500.000		500.000
Termo Convênio Pro Santa Casa 021/2016	853.650	756.000	-
Termo Convenio Custeio 547/2016	<u>3.625.000</u>	<u>3.000.000</u>	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.486.350</b>	<b>3.756.000</b>	<b>1.007.700</b>

### 16) PATRIMÔNIO SOCIAL

Representa o Patrimônio Social inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição. O déficit real apurado neste exercício no valor de R\$ 3.312.179,63, será incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação do balanço.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO/PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		
Patrimônio Social	(11.023.838)	(11.023.838)
Déficit do Acumulado	<u>(10.366.289)</u>	<u>(7.054.110)</u>
<b>TOTAL</b>	<b>(21.390.127)</b>	<b>(18.077.948)</b>

### 17) CONTAS DE RESULTADO

As receitas são registradas mensalmente, em obediência aos princípios de competência do exercício e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio, sendo seu principal cliente o S.U.S. – Sistema Único de Saúde. As despesas estão sendo apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício e foram apuradas através de notas fiscais, recibos, relatório, tudo em conformidade com as exigências legais e fiscais.

### 18) SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

As subvenções governamentais destinadas ao custeio foram contabilizadas em conformidade com o CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamental, sendo apropriadas em receitas na medida em que ocorreram as despesas.




DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
<b>Subvenções e Doações</b>		
Subvenções Municipais	6.343.080	6.043.100
Subvenções Estaduais	<u>3.033.351</u>	<u>3.319.000</u>
<b>TOTAL SUBVENÇÕES</b>	<b>9.376.431</b>	<b>9.362.100</b>
Doações	<u>98.787</u>	<u>117.737</u>
<b>TOTAL SUBVENÇÕES + DOAÇÕES</b>	<b>9.475.218</b>	<b>9.479.837</b>

### 19) CEBAS - CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

A Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga é uma Entidade Beneficente de Assistência Social, e oficializou, em 04/08/2014, pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS-SAÚDE, baseado no parágrafo 2º, do artigo 24, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009. No dia 30/01/2017, foi publicada a Portaria n. 257, de 27/01/2017, deferindo a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de saúde, com validade pelo período de 30/01/2017 a 29/01/2020.

#### 19.1) ATENDIMENTOS SUS

Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, Inciso III, do Decreto nº 12.101, de 27/11/2009, o número total de internações realizadas medidas por paciente dia, e dos atendimentos ambulatoriais prestados, no exercício de 2017 e 2016 foi de:

Em 2017:

Internações Hospitalares	2017		2016	
	Quant.	%	Quant.	%
Descrição				
Internações – SUS	3.842	81,35	3.151	74,56
Convênios – não SUS	606	12,83	833	19,71
Particulares	<u>275</u>	<u>5,82</u>	<u>242</u>	<u>5,73</u>
<b>Total</b>	<b>4.723</b>	<b>100</b>	<b>4.226</b>	<b>100</b>

Medida por Paciente/Dia	2016		2015	
	Quant.	%	Quant.	%
Descrição				
Internações – SUS	11.913	86,95	10.655	80,81
Convênios – não SUS	1.230	8,98	2.088	15,83
Particulares	<u>558</u>	<u>4,07</u>	<u>443</u>	<u>3,36</u>
<b>Total</b>	<b>13.701</b>	<b>100</b>	<b>13.186</b>	<b>100</b>

## 20) ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

São demonstrados a seguir, os valores relativos as isenções tributárias usufruídas.

DESCRIÇÃO	Saldo 31/12/17	Saldo 31/12/16
Isenção da Cota Patronal	1.829.924	1.522.374
<b>TOTAL DAS ISENÇÕES USUFRUÍDAS</b>	<b>1.829.924</b>	<b>1.522.374</b>

## 21) LEGISLAÇÃO FISCAL

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.

Ibitinga - SP, 31 de dezembro de 2017.



**EDSON FERNANDO INÁCIO**  
INTERVENTOR JUDICIAL  
CPF: 191.565.056-50



**NICOLAU JOSÉ MORATO**  
CONTADOR / CRC1SP.178147/O-0  
CPF: 098.885.598-42

# LACERDA - Consultores & Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmo. Senhores  
Provedor e Administradores da:

### SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE DE IBITINGA

CNPJ: 49.270.671/0001-61  
Rua Domingos Robert, nº 1090.  
14.940-000 – IBITINGA – SP

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada **"Base para opinião com ressalva"**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

1. A entidade não efetuou teste de Recuperabilidade em seu Ativo Permanente – Imobilizado previsto nas CPC 01 e CPC 26, bem como não possui controle interno suficiente e apropriado para que possamos emitir opinião sobre sua regularidade;

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada **"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis"**. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

# LACERDA - Consultores & Auditores Independentes

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis.**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

# LACERDA - Consultores & Auditores Independentes

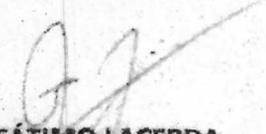
os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bauru – SP, 06 de Abril 2018.

**LACERDA & AUDITORES INDEPENDENTES**  
CRC-2SP 020717/O-7

  
**SEBASTIÃO FÁTIMO LACERDA**  
CRC 1SP 136.448/O-0